

Mortes não reconhecidas

Morte de civis em campanha aérea da OTAN na Líbia

Copyright © 2012 Human Rights Watch
All rights reserved.
Printed in the United States of America

Human Rights Watch is dedicated to protecting the human rights of people around the world. We stand with victims and activists to prevent discrimination, to uphold political freedom, to protect people from inhumane conduct in wartime, and to bring offenders to justice. We investigate and expose human rights violations and hold abusers accountable. We challenge governments and those who hold power to end abusive practices and respect international human rights law. We enlist the public and the international community to support the cause of human rights for all.

Human Rights Watch is an international organization with staff in more than 40 countries, and offices in Amsterdam, Beirut, Berlin, Brussels, Chicago, Geneva, Goma, Johannesburg, London, Los Angeles, Moscow, Nairobi, New York, Paris, San Francisco, Tokyo, Toronto, Tunis, Washington DC, and Zurich.

For more information, please visit our website: <http://www.hrw.org>

Resumo

“Quero que a OTAN responda apenas uma pergunta: por que destruíram minha casa e mataram minha família?”

Faiz Fathi Jfara, Bani Walid, 23 de janeiro de 2012

Este relatório documenta mortes de civis que ocorreram durante a campanha aérea da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia em 2011. A OTAN afirma que adotou diversas medidas para minimizar os danos à população civil e tais medidas aparentemente tiveram um efeito positivo: o número de mortes de civis na Líbia causadas por ataques da OTAN foi baixo tendo em vista a extensão do bombardeio e a duração da campanha. Entretanto, os ataques aéreos da OTAN mataram pelo menos 72 civis – um terço deles, jovens e crianças menores de 18 anos. Até o momento, a OTAN não reconheceu essas fatalidades nem examinou como e por que ocorreram.

O direito humanitário internacional (também conhecido como "leis de guerra") exige que todos os ataques sejam direcionados a alvos militares. A população civil deve estar a salvo de ataques deliberados. Embora nem todas as mortes de civis indiquem uma violação das leis de guerra, os ataques não podem ser indiscriminados nem resultar em perda desproporcional de vidas de civis.

Em alguns casos, questiona-se a presença de um alvo militar legal em locais bombardeados pela OTAN onde houve morte de civis. Investigações cuidadosas feitas pela Human Rights Watch encontraram pouca ou nenhuma indicação da possível presença do governo libanês, tais como armamentos, equipamentos ou agentes do exército, nem equipamentos de comunicação, em sete de oito locais. As circunstâncias colocam em dúvida o fato de as áreas atingidas serem alvos militares válidos no momento do ataque.

A OTAN argumenta que todos os alvos eram objetivos militares e, portanto, estavam sujeitos a ataques; porém, não forneceu informações adequadas para sustentar tais

afirmações, apesar de muitos pedidos da Human Rights Watch e de uma Comissão de Inquérito das Nações Unidas, entre outros.

O direito humanitário internacional exige que as partes envolvidas em um conflito armado investiguem alegações críveis de violações graves às leis de guerra. Tal investigação incluiria determinar se o alvo era um objetivo militar válido e se a força responsável pelo ataque tomou todas as precauções viáveis para minimizar as mortes de civis. A OTAN deve divulgar os resultados de suas investigações ao público. Em casos em que a OTAN acredita que realizou um ataque que resultou em mortes de civis de acordo com as leis de guerra, mas as provas de um objetivo militar sejam questionadas, ela deve disponibilizar ao público as informações referentes ao alvo.

Conforme exigido pelas leis internacionais, em caso de erro, a OTAN deve fornecer uma indenização adequada e imediata às famílias afetadas por morte e ferimento de civis e/ou perda de patrimônio. Se possível, a OTAN também deve investigar os incidentes que resultaram em um alto número de mortes de civis, como parte de esforços para evitar danos à população civil em campanhas futuras.

Para este relatório, a Human Rights Watch investigou oito ataques aéreos da OTAN que atingiram moradias, resultando na morte de 28 homens, 24 crianças e 20 mulheres. Muitos outros civis ficaram feridos.

Baseado em investigações de campo extensivas realizadas na Líbia entre agosto de 2011 e abril de 2012, o relatório analisa todos os locais conhecidos pela Human Rights Watch nos quais civis foram mortos por ataques da OTAN. Os ataques que não resultaram em mortes de civis – embora civis tenham ficado feridos ou patrimônio tenha sido destruído – não foram incluídos. Ao todo, a OTAN realizou aproximadamente 9.700 ataques armados e lançou mais de 7.700 bombas de precisão durante os sete meses da campanha.

Para estudar os oito casos, a Human Rights Watch visitou os locais – em alguns casos, diversas vezes –, inspecionou restos de armamentos, entrevistou testemunhas, examinou boletins médicos e certidões de óbito, analisou imagens de satélite e coletou fotografias dos mortos e feridos. Perguntas detalhadas foram enviadas à OTAN e aos países-membros que participaram da campanha, incluindo uma reunião com altos executivos da OTAN que estiveram envolvidos na definição dos alvos.

Em dois dos oito incidentes, a Human Rights Watch não conseguiu encontrar provas de um alvo militar válido. Isto é, em uma ou mais visitas a cada um dos locais bombardeados, a Human Rights Watch não encontrou resquícios de armamentos, hardware de uso militar ou equipamentos de comunicação que indiquem a presença de um destacamento militar ou atividades militares no local. Em cinco locais, a Human Rights Watch encontrou somente possíveis indícios de presença militar, como uma camisa ou casaco de estilo militar entre os escombros. No oitavo incidente, um suposto comandante militar de alta patente pode ter sido morto junto com sete civis.

Em todos esses incidentes, entrevistas separadas feitas com os sobreviventes e outras testemunhas forneceram detalhes da situação no momento do ataque, mas nenhuma indicação de atividades militares próximas. Imagens de satélites feitas antes dos ataques em cinco dos locais não revelaram sinais de presença militar que identificassem as áreas atingidas como alvos militares legais.

A Human Rights Watch admite que os lugares bombardeados podem ter sido arrumados pelas forças de Kadafi e moradores, que talvez quisessem negar sua natureza militar. Durante a luta, o governo Kadafi realmente utilizou vários locais para fazer propaganda, adicionando "provas" de vida civil e, possivelmente, retirando materiais militares. Um incidente investigado pela Human Rights Watch, mas não incluído abaixo, era claramente um alvo militar válido, e as vítimas, combatentes. Entretanto, os incidentes contidos no relatório colocam em dúvida a legitimidade dos ataques, levando a Human Rights Watch a acreditar que a OTAN deve fornecer mais informações sobre os supostos alvos ou investigar a legitimidade do ataque.

A OTAN disse à Human Rights Watch que "fez o possível para minimizar os riscos à população civil", incluindo o uso exclusivo de munição de precisão. Segundo a OTAN, os ataques foram direcionados a alvos militares legítimos e "nenhum alvo foi aprovado ou atacado se tivéssemos razões para acreditar que civis estavam em risco".

O incidente mais grave do relatório ocorreu no vilarejo rural de Majer, ao sul da cidade de Zilten, 160 quilômetros ao leste de Trípoli, na noite de 08 de agosto de 2011, matando 34 pessoas e ferindo mais de 30. As bombas da OTAN atingiram dois conjuntos familiares, sendo que um deles abrigava dezenas de desalojados. Esse ataque foi seguido por outra bomba que atingiu o exterior de um dos conjuntos familiares, enquanto vizinhos e

parentes resgatavam os mortos e feridos. A OTAN disse que os conjuntos serviam como "base e acomodação militar" para as forças de Kadafi, mas não forneceu informações específicas que sustentassem tal afirmação. Em quatro visitas a Majer, incluindo uma no dia seguinte ao ataque, a Human Rights Watch não encontrou evidências de atividades militares em nenhum dos conjuntos familiares. Uma única camisa em estilo militar foi encontrada nos escombros de uma das três casas atingidas.

O segundo ataque foi ainda mais preocupante, pois atingiu a parte externa de um dos conjuntos familiares enquanto as pessoas procuravam por vítimas, matando 18 homens. No local, a Human Rights Watch encontrou restos de bombas GBU-12 guiadas a laser, que possuem um sistema infravermelho para levar a bomba até o alvo. Por isso, o piloto poderia ter visto as pessoas em volta dos escombros da casa, enquanto tentavam resgatar sobreviventes. Se o piloto não conseguisse determinar que tais pessoas eram alvos militares válidos, todas as providências viáveis deveriam ter sido tomadas para cancelar ou suspender o ataque.

Na cidade de Zilten, em 04 de agosto de 2011, um ataque da OTAN à casa de Mustafa al-Morabit matou sua esposa e dois de seus três filhos. Uma semana após o ataque, a Human Rights Watch não encontrou sinais de atividades militares na casa; além disso, al-Morabit e seus vizinhos afirmaram que o local não servia a propósitos militares. Al-Morabit disse acreditar que o alvo pretendido era a casa de seu vizinho, que, segundo ele, as forças de Kadafi haviam utilizado e abandonado dois dias antes do ataque. A OTAN declarou ter atingido um "centro de comando e controle", mas não forneceu detalhes.

Em 19 de junho, uma bomba da OTAN atingiu um bairro residencial de Trípoli, matando cinco civis e ferindo pelo menos oito. Este é o único caso em que a OTAN admitiu ter errado: disse que não acertou o alvo pretendido em função de uma "falha no sistema de armamentos que pode ter causado a morte de alguns civis". Sobre a causa da falha, a OTAN falou apenas em "problemas na orientação a laser"; além disso, não tomou nenhuma providência em favor das vítimas.

Em 29 ou 30 de agosto, em Bani Walid (170 quilômetros a sudeste de Trípoli), um ataque da OTAN atingiu duas casas e matou cinco pessoas da família Jfara – dois homens, duas mulheres e uma menina de nove anos. Parentes e testemunhas disseram que não havia atividades militares na área no momento. No local, a Human Rights Watch encontrou

restos de uma bomba GBU-12 guiada a laser e um único casaco em estilo militar. A OTAN não forneceu detalhes do ataque, mas disse que, em 29 de agosto, atingiu um "importante centro de comando e controle que utilizava métodos não tradicionais/informais para desempenhar essa função".

Em 25 de setembro de 2011, a OTAN atacou uma casa em Sirte, a 450 quilômetros ao leste de Trípoli, onde morava o irmão de um oficial superior do exército, o Brig. Gen. Musbah Ahmed Dyab, que, segundo familiares, foi morto no ataque. Três mulheres e quatro crianças da família perderam suas vidas na ocasião. Embora o General Dyab fosse um alvo militar legítimo, a OTAN não forneceu informações sobre o alvo pretendido do ataque. Afirma ter uma política de não mirar em indivíduos. No local, a Human Rights Watch encontrou diversas caixas vazias de munição para armas pequenas; segundo a família, elas não estavam lá no momento do ataque.

As descobertas da Human Rights Watch são consistentes com os relatórios de outros que examinaram as mortes de civis na Líbia causadas pela campanha aérea da OTAN. São eles: a Comissão de Inquérito nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as organizações não governamentais Anistia Internacional e Campaign for Innocent Victims in Conflict (CIVIC). O *New York Times* publicou um longo artigo investigativo que incluiu seis locais com mortes de civis – todos eles cobertos por este relatório.

No relatório de 2012, a Comissão de Inquérito da ONU documentou 60 civis mortos e 55 feridos em cinco locais nos quais não encontrou evidências de atividades militares. A comissão pediu que a OTAN realizasse uma investigação para determinar o número de mortes de civis e reexaminasse seus procedimentos.

Em conjunto com a Comissão de Inquérito da ONU e outros, a Human Rights Watch solicitou repetidamente à OTAN informações sobre as precauções tomadas para proteger a população civil e sobre incidentes em que ocorreram mortes de civis. A OTAN atendeu à primeira solicitação, explicando seu rígido processo de seleção e revisão de alvos, assim como o uso exclusivo de munições de precisão. Contudo, não forneceu informações suficientes sobre os alvos pretendidos em casos individuais para demonstrar que os ataques documentados neste relatório tinham justificativa legal.

Além disso, não investigou nenhuma morte de civil que tenha resultado de seus ataques nem incluiu as mortes de civis em um relatório interno de lições aprendidas. A OTAN afirmou que não precisa realizar investigações na Líbia depois do conflito, mas que "cooperará totalmente" com os esforços das autoridades do país para analisar os incidentes.

O governo líbio adotou medidas iniciais, formando uma força-tarefa interministerial para investigar as mortes de civis causadas pela OTAN. Entretanto, como a OTAN foi fundamental para a derrota do governo Kadafi, é provável que a força-tarefa não faça críticas sérias à sua campanha aérea. No final de abril, o trabalho da força-tarefa aparentemente ainda não havia começado.

O direito humanitário internacional responsabiliza um estado pelos ataques realizados por suas forças ou forças que agem sob suas instruções, direções ou controle. Quinze países participaram da campanha aérea da OTAN, sendo que oito deles dispararam artilharia comprovadamente: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Itália, Noruega e Reino Unido. Qualquer ataque particular provavelmente teria envolvido pessoal e um possível comandante do exército, além das aeronaves utilizadas nele. Até o momento, a OTAN não se dispôs a fornecer informações sobre a nacionalidade das aeronaves envolvidas em operações específicas, incluindo os incidentes deste relatório.

A Human Rights Watch também procurou os governos dos oito países que dispararam artilharia para pedir informações sobre os incidentes deste relatório. Sete responderam com uma carta idêntica, encaminhando as perguntas à OTAN. A Itália não respondeu.

O Conselho de Segurança da ONU solicitou que a OTAN protegesse os civis na Líbia – e o número relativamente baixo de mortes de civis durante os sete meses da campanha é uma prova do cuidado que a OTAN tomou para minimizar os danos à população. Todavia, o baixo número de mortes de civis não elimina a necessidade de fornecer e divulgar ao público informações que comprovem a presença de um alvo militar legítimo nas circunstâncias em que tais mortes ocorreram. A OTAN também é obrigada a investigar as alegações críveis de violação das leis de guerra, punir apropriadamente os responsáveis e indenizar as vítimas de ataques ilegais.

Ao mesmo tempo, alguns governos que fizeram críticas à campanha aérea da OTAN na Líbia exageraram o número de civis mortos em ataques aéreos. As alegações de tais governos não se baseiam em fatos e servem para politizar a questão da morte de civis, ao invés de incentivar investigações imediatas e imparciais, além de promover mudanças para aumentar a proteção da população civil.

Recomendações

À OTAN

- Investigar com transparência e imparcialidade as alegações críveis de violações das leis de guerra durante a campanha aérea da OTAN na Líbia. Divulgar as descobertas ao público e incluir recomendações para medidas disciplinares ou acusações criminais se violações forem constatadas.
- Divulgar ao público informações sobre os alvos militares pretendidos em ataques aéreos nos quais civis foram mortos ou ficaram feridos.
- Investigar os ataques aéreos nos quais um alto número de civis foi morto, mesmo se não houver evidências que sugiram violações das leis de guerra.
- Indenizar imediata e apropriadamente as famílias que sofreram mortes, ferimentos e danos patrimoniais resultantes de ataques equivocados da OTAN.
- Considerar a oferta de assistência às famílias líbias que sofreram danos resultantes de ataques aéreos da OTAN, de acordo com as "Diretrizes não vinculantes para pagamentos em casos de mortes de civis ou danos ao patrimônio civil relacionados a combates" [*Non-Binding Guidelines for Payments in Combat-Related Cases of Civilian Casualties or Damage to Civilian Property*].
- Investigar de maneira geral os ataques da OTAN que resultaram em mortes de civis, com o objetivo de minimizar as mortes de civis em conflitos armados no futuro.
- Informar o Conselho de Segurança da ONU, que deu o aval para a operação militar da OTAN na Líbia com base na resolução 1973, quanto às descobertas da investigação das mortes de civis causadas pelos ataques aéreos da OTAN.

Aos países que participaram da operação da OTAN na Líbia

- Investigar com transparência e imparcialidade as alegações críveis de violações das leis de guerra na Líbia que envolvam suas forças nacionais. Divulgar as descobertas ao público e incluir recomendações para medidas disciplinares ou acusações criminais se violações forem constatadas.
- Indenizar imediata e apropriadamente as famílias que sofreram mortes, ferimentos e danos patrimoniais resultantes de ataques equivocados cometidos por suas forças nacionais.

- Considerar a oferta de assistência às famílias líbias que sofreram danos resultantes de ataques aéreos realizados por suas forças nacionais, de acordo com as "Diretrizes não vinculantes para pagamentos em casos de mortes de civis ou danos ao patrimônio civil relacionados a combates" [*Non-Binding Guidelines for Payments in Combat-Related Cases of Civilian Casualties or Damage to Civilian Property*].

Ao governo de transição da Líbia

- Solicitar que a OTAN e os países que participaram das operações da OTAN na Líbia forneçam informações detalhadas sobre os alvos militares pretendidos pelos ataques aéreos nos quais civis foram mortos. Disponibilizar tais informações ao público e exigir indenização caso constate que ocorreu um equívoco.